II CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
III SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS
II CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL

Território, Poder e Conflito

Trabalho e Imigração

Líria Maria Bettiol Lanza [1]
Luis Alberto Maccagnan[2]
Marcílio Ronaldo Garcia[3]

Resumo*: A imigração é um fenômeno social antigo nas sociedades, sobretudo com a consolidação do modo de produção capitalista. O artigo objetivou problematizar a categoria trabalho no debate atual sobre as imigrações brasileiras, bem como buscou entender aspectos essenciais para pensar a tríade capitalismo-imigração e trabalho na contemporaneidade. Para isso, realizamos uma revisão de literatura sobre o tema, tendo como pressuposto situar o debate a partir da vertente marxista na análise dos fluxos imigratórios. Percebeu-se os imigrantes enquanto trabalhadores estão sujeitos à exploração e atendem a uma funcionalidade do capital, de modo que a condição de imigrante os tornam mais expostos.*

Palavras-chave*: Trabalho; Imigração; Capitalismo.*

Abstract*: Immigration is an old social phenomenon in societies, especially with the consolidation of the capitalist mode of production. The article aimed to problematize the category work in the current debate on Brazilian immigration, as well as sought to understand essential aspects to think about the triad capitalism-immigration and work in the contemporary world. For this, we carry out a review of the literature on the subject, having as presupposition to situate the debate from the Marxist side in the analysis of the immigration flows. It was perceived that immigrants as workers are subject to exploitation and attend to a functionality of capital, so that immigrant status make them more exposed.*

Key-words*: work; Immigration; Capitalism.*

[1] Doutora pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-SP (PUC-SP). Docente do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina-PR (UEL-PR). Brasil. E-mail: liriabettiol.j@gmail.com
[2] Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina-PR (UEL-PR). Brasil. E-mail: luiz.maccagnan@gmail.com
[3] Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina-PR (UEL-PR). Brasil. E-mail: marcilio_garcia@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

A imigração pode ser compreendida por diversas perspectivas teóricas e a partir da opção teórica, os resultados produzem um conjunto de informações e análises que legitimam, sobretudo as políticas imigratórias. Nesse sentido, a partir da vertente marxista, o artigo pretende problematizar as imigrações no contexto do capitalismo contemporâneo, repondo velhas questões sobre a força de trabalho e de modo particular, sua expressão enquanto classe social.

Tomando como referência os estudos já acumulados sobre a configuração da classe trabalhadora no âmbito do capitalismo com as mudanças do mundo do trabalho (ANTUNES, 2009; HARVEY, 2011), é fundamental incluir no debate a presença de trabalhadores imigrantes no processo de produção e consequentemente, seu papel enquanto classe social.

O artigo apresentado tem como premissa de que o capitalismo é o fator condicionante do ato de imigrar e dessa forma, a questão central está em problematizar de que forma esses trabalhadores imigrantes compõe a classe trabalhadora de forma geral, mas particularizar sua participação nas sociedades em que estão, fruto do processo imigratório. Sendo assim, o texto está dividido em três seções. Na primeira, foi retomado o debate em torno do trabalho enquanto ação eminentemente humana. Em seguida, abordamos o modo de produção capitalista enquanto produtor de desigualdades territoriais e suas consequências para os trabalhadores. Por fim, na terceira e última seção, foi indicado como as mudanças no mundo do trabalho tem se expressado para aqueles que migram e aspectos relacionados ao conceito de classe social e o processo de proletarização/precarização do imigrante.

2. O TRABALHADOR E O PROCESSO DE TRABALHO

De acordo com Marx (2013) o trabalho é um processo pelo qual interagem o homem e a natureza. Neste processo o homem por meio de sua ação controla e regula a natureza, modificando-a e ao mesmo tempo transformando a si mesmo. Assim é por meio do trabalho que o homem se difere da natureza, afasta-se dela no processo em que a submete as suas vontades quando age com o intuito de transformá-la em produtos que irão suprir as suas necessidades imediatas de vida.

Segundo Marx (2013) os produtos oriundos da transformação da natureza realizada pelo homem são definidos como valores de uso e são capazes de satisfazer as suas inúmeras necessidades. Desta forma para o homem satisfazer suas necessidades ele necessariamente deverá realizar trabalho, sendo que o trabalho nada mais é do que o uso da força de trabalho,

que consiste nas aptidões físicas e intelectuais do trabalhador. A produção, portanto, só pode ser realizada por meio de um processo de trabalho[4].

A produção dos valores de uso no modo de produção capitalista está intrinsecamente ligada à circulação e o consumo de mercadorias. Disto posto, sabemos que a produção no capitalismo é aquela em que os trabalhadores produzem ao mesmo tempo a mercadoria e a riqueza dada pela expropriação do trabalho não pago, excedente, isto é a apropriação da mais-valia. Com isto, o capitalista deseja a todo o momento reduzir o tempo de trabalho necessário para se produzir uma mercadoria e aumentar com maior frequência o tempo da realização do trabalho excedente.

Para o desenvolvimento constante do modo de produção capitalista é necessário a reposição da força de trabalho. Deve-se incessantemente produzir e reproduzir os trabalhadores, pois a única propriedade que possuem é a sua força de trabalho, sendo esta vendida ao capitalista em troca de um salário. Os meios de produção são propriedades do próprio capitalista contratante, assim como toda a riqueza produzida.

Como característica peculiar do trabalho no modo de produção capitalista temos a apropriação privada da riqueza, a acumulação de capital. No capitalismo, portanto, o que temos é a exploração do trabalho. Assim a organização do trabalho surge como uma forma de conhecimento incorporada ao modo de produção buscando ampliar constantemente a acumulação de capital. Cabe ressaltar que a organização do trabalho se amplia no período de expansão do capitalismo industrial. Com a organização do trabalho procura-se compreender segundo Braverman (1977) as condições antagônicas de produção não de um ponto de vista do trabalhador, mas do ponto de vista do capitalista, da adaptação do trabalho às necessidades impostas pelo capital.

Portanto, a relação contraditória e antagônica entre proletários e burgueses, produz desigualdades que são expressão dessa exploração. Sendo que essas expressões da questão social dependem do contexto histórico e do desenvolvimento capitalista.

3. IMIGRAÇÃO E EXPANSÃO DO CAPITALISMO

Para pensarmos as migrações é necessário entendermos as suas causas estruturais. Sabemos que elas podem vir acompanhadas de motivações pessoais, de modo a estabelecer aproximações entre as determinações do modo de produção capitalista e as condições objetivas e subjetivas dos sujeitos que migram, mas os seus determinantes são sempre

[4] Os elementos constitutivos do processo de trabalho são: os meios de trabalho (instrumentos, ferramentas, instalações, etc.), bem como a terra, que é um meio universal de trabalho; os objetos do trabalho (matérias naturais brutas ou matérias naturais já modificadas pela ação do trabalho); a força de trabalho – trata-se da energia humana que, no processo de trabalho, é utilizada para, valendo-se dos meios de trabalho, transformar os objetos de trabalho em bens úteis à satisfação de necessidades (NETTO; BRAZ, 2006, p. 58).

vinculados ao desenvolvimento capitalista em âmbito mundial e a inserção dos diferentes países, que forçam ou necessitam de trabalhadores imigrantes.

O processo de industrialização não se refere apenas a reorganização do processo de trabalho e da diversidade de mercadorias, mas também, a divisão social do trabalho. Com o processo de industrialização atividades manufatureiras que eram combinadas com atividades agrícolas são separadas, de modo a serem realizadas em estabelecimentos e de forma especializada[5]. Essa aglomeração se deve a necessidade de utilizar a mesma infraestrutura de serviços especializados que outros estabelecimentos, como transporte, energia, água, esgoto, comunicação, bem como da complementariedade entre as atividades de diferentes estabelecimentos. Portanto, com a intenção de redução dos custos surge a cidade industrial. (SINGER, 1998).

Marx (2013) aponta que a maquinaria promoveu um incremento direto da matéria-prima, em medida que diminui os custos de produção das mercadorias e os sistemas revolucionados de transporte e comunicação se tornaram instrumentos para conquista de mercados estrangeiros. Depois de destruir a produção artesanal desses mercados, a indústria mecanizada transforma-os em campos de produção de matéria-prima. Deste modo, os trabalhadores transformados em supranumerários pela grande indústria foram estimulados a emigrar e colonizar países que foram transformados em celeiros de matéria-prima para metrópole. Como exemplo, temos as Índias Orientais que foram obrigadas a produzir algodão e lã, entre outros, para a Grã-Bretanha. (MARX, 2013).

Cria-se, assim, uma nova divisão internacional do trabalho, adequada às principais sedes da indústria mecanizada, divisão que transforma uma parte do globo terrestre em campo de produção preferencialmente agrícola voltado a suprir necessidades de outro campo, preferencialmente industrial. (MARX, 2013).

Esse processo de industrialização possui a tendência de atrair populações das áreas próximas, por conseguinte, a cidade se torna um mercado cada vez mais importante para bens e serviços de consumo. Isso atrai atividades produtivas que tiram vantagem desse mercado, como é o caso dos serviços de consumo coletivo, como as escolas e hospitais, e de serviços de produção, com o comércio varejista, entre outros. (SINGER, 1998).

As cidades que acabaram se industrializando já tinham sido importantes centros comerciais, de forma que já possuíam a infraestrutura necessária a indústria. A cidade passou a ser o lugar onde todas as atividades se realizam, visto que os serviços são realizados junto aos usuários. Se na sociedade pré-industrial o camponês que transportava seus produtos, os vendia, e era a própria comunidade que provia os cuidados com saúde e educação a seus

[5] Durante toda a manufatura, os capitalistas se queixavam sobre a disciplina do trabalhador, pelo fato de não conseguirem se apoderar de todo o tempo de trabalho contratado, visto que é o trabalhador artesanal que domina o processo de trabalho. (MARX, 2013).

membros, com a industrialização esses serviços passam a ser oferecidos por estabelecimentos especializados. (SINGER, 1998).

Vale citar que é o crescimento das escalas de produção que torna a especialização economicamente rentável e leva ao surgimento de estabelecimentos de grande porte, que acentua ainda mais a concentração espacial. Assim, as migrações, internas e externas, podem ser explicadas com o rearranjo espacial das atividades econômicas. (SINGER, 1998).

Entretanto, embora teorias econômicas correntes deem ênfase na determinação dos preços pelo mercado é importante considerar a possível manipulação política deles. Aspecto esse que desempenhou e desempenha papel fundamental na industrialização. No século XIX, a Grã-Bretanha praticou o livre cambismo, que serviu para promover uma divisão internacional do trabalho ao mesmo tempo em que baixava os custos de produção via a importação de alimentos e matérias-primas, bem como ampliava os mercados externos. Em contraponto, o protecionismo alfandegário exercido pela Alemanha e Estados Unidos era necessário para que se defendessem do poder de competição da Grã-Bretanha. (SINGER, 1998).

Nesse período, o Estado passa a agir de modo a reservar o mercado interno para a indústria nacional por meio de taxas de câmbio e imposição de quotas de importação, principalmente em países de industrialização tardia. Assim, na ausência de um mercado desenvolvido, o capital é favorecido por meio de crédito estatal a juros baixos ou até mesmo negativos, bem como com subsídios de toda espécie, principalmente, na forma de isenções fiscais. O "[...] custo da mão de obra passou a ser subsidiado indiretamente mediante o fornecimento de serviços sociais – de saúde, seguro social, educação, alimentação, habitação – em parte ou inteiramente pagos pelo Estado." (SINGER, 1998, p.33). Ainda é preciso citar que os serviços de infraestrutura, como transporte, energia, água, esgoto e comunicações, são fornecidos as empresas a preços subvencionados. (SINGER, 1998).

Portanto, a industrialização capitalista não é um processo espontâneo promovido por empresários. Ela é possível mediante os arranjos que citamos, que dependem do contexto histórico, da relação entre livre cambismo e protecionismo. Ou seja, a intervenção institucional do Estado é condição essencial para industrialização capitalista, por conseguinte, responsável por tonar as empresas industriais lucrativas. (SINGER, 1998).

No capitalismo monopolista, os métodos de produção exigem uma maior articulação entre os estabelecimentos, que se estabelece por uma coordenação na forma de conglomerado. Assim, seu tamanho é determinado pela necessidade de valorização do capital e não pelo processo produtivo. De modo que a concentração do capital e a concentração espacial das atividades possuem uma causa comum. (SINGER, 1998).

No entanto, no início do século XX, Vladimir Ilitch Lenin (1870-1924), ao analisar a relação do capitalismo e a imigração dos operários, coloca que "[...] os países em rápido desenvolvimento no aspecto industrial, [...] elevam os salários acima da média e atraem

operários assalariados dos países atrasados.” (LENIN, 1913). Assim, quanto mais é atrasado um país, maior é a quantidade de seus operários não qualificados. Nessa época, por exemplo, a Alemanha possuía cerca de 80% dos seus trabalhadores na indústria, enquanto a Rússia possuía apenas cerca de 10%. (LENIN, 1913).

Como apresentado até aqui, é possível notar que a história da imigração possui estreita relação com o processo de industrialização e expansão do capitalismo, visto que isso proporcionou a circulação do capital, mercadorias e pessoas, constituindo um excedente populacional. Na atualidade é importante frisar que esse excedente populacional corresponde a necessidades geradas tanto pela localidade de origem como de destino. Tal fato compõem um movimento transnacional, que acompanha o capital e as localidades na divisão social e territorial do trabalho. (BAENINGER, 2015).

Com o desenvolvimento do capitalismo diferentes modelos de organização e controle do trabalho foram desenvolvidos, sendo denominados de sistema taylorista, fordista e toyotista. Em meados da década de 1970, segundo Harvey (2013), há uma crise estrutural do fordismo por sua incapacidade de absorver as demandas geradas pela produção capitalista, assim como os impactos da crise do petróleo na economia e o surgimento da concorrência japonesa com sua nova concepção de gestão e produção. As mudanças tecnológicas e o advento da informática que contribui para surgimento de novas necessidades de consumo também foram fundamentais para este momento de crise.

Como consequência destes fatores, há um rompimento dos padrões e práticas capitalistas organizadas no modelo fordista de produção, que conduziu a ascensão de um novo modelo de acumulação associado a um novo sistema de regulamentação política e social. O paradigma passa a ser o modelo de acumulação flexível fundamentado em uma maior flexibilidade dos processos de produção, produtos, padrões de consumo, mercados e da própria organização do trabalho. Neste processo de transformação da organização do trabalho ocorrem mudanças nas políticas econômicas e sociais realizadas pelo Estado através das desregulamentações do mercado, das relações de trabalho e dos bloqueios comerciais. Estas políticas são consideradas neoliberais. Podemos definir este período de transformações no âmbito da organização do trabalho como um período de “reestruturação produtiva”.

Neste período, de acordo com Alves (2010), o que marca a reestruturação produtiva é o processo de mundialização do capital, comumente conhecido como globalização, e com as alterações do processo de trabalho os trabalhadores são atingidos diretamente, no plano objetivo com a exacerbação da precarização do trabalho e no sentido subjetivo na sua consciência de classe.

Este processo de reestruturação em escala mundial, tem como meta a recuperação do seu padrão de acumulação. Com isto, o capital, “redesenhou novas e velhas modalidades

de trabalho, com o objetivo de recuperar as formas econômicas, políticas e ideológicas de dominação.

> [...] intensificam-se as formas de extração de trabalho, ampliam-se as terceirizações, a noção de tempo e de espaço também são metamorfoseadas e tudo isso muda muito o modo do capital produzir as mercadorias, sejam elas materiais ou imateriais, corpóreas ou simbólicas. Onde havia uma empresa concentrada pode-se substituí-la por várias pequenas unidades interligadas pela rede, com número muito mais reduzido de trabalhadores e produzindo muitas vezes mais. As repercussões no plano organizativo, valorativo, subjetivo e ideopolítico são por demais evidentes (ANTUNES, 2009, p.56).

Com base em Sassen (1988), Baeninger aponta que as recentes transformações do capitalismo expressas na reestruturação produtiva, proporcionaram mudanças também no cenário urbano, com grandes concentrações metropolitanas no final do século XX que se reforçaram pelo sistema de cidades no século seguinte. Na reestruturação econômica a dispersão espacial da produção tornou-se elemento central para acumulação capitalista, que pressupõe uma intensa mobilidade do capital e da força de trabalho, na qual as tecnologias da informação conferem enorme dinâmica a este contexto. (BAENINGER, 2015). Essas transformações se referem a dimensões sociais, políticas, culturais e espaciais, em que o elemento central da reestruturação econômica está fundamentado nas novas formas de flexibilização da produção e na transformação dos serviços de coordenação financeira, proporcionando a flexibilização do modelo fordista de acumulação. (HARVEY, 2013).

Nesse sentido, o caráter transnacional da esfera econômica também atinge o imigrante, de forma a colocá-lo como “transmigrante”. Isso para dar ênfase ao processo social em que imigrantes desenvolvem relações com os países de origem, sejam elas familiares, econômicas, sociais, organizacionais, religiosas e políticas. A característica fundamental é que essas relações atravessam fronteiras geográficas, culturais e políticas. (GLICK-SCHILLER, BASCH; BLANC-SZANTON, 1995 apud BAENINGER, 2015).

Em tempo, como aponta Baeninger (2015), é necessário manter a atenção às dicotomias bem definidas, como origem e destino, migração permanente, temporária e de retorno, visto que a vida dos imigrantes se caracteriza pela sua circulação e por seu compromisso com duas sociedades.

4. O IMIGRANTE E A CLASSE TRABALHADORA

Diante do exposto até aqui, evidenciamos que os imigrantes compõem a classe trabalhadora. Nesse sentido é útil apontarmos sobre o entendimento da mesma que orienta esse trabalho.

Ao refutar autores que defendem o fim da centralidade no trabalho e nas classes sociais, Ricardo Antunes (2009) forja a expressão classe-que-vive-do-trabalho, na busca conferir "validade contemporânea ao conceito marxiano de classe trabalhadora." (ANTUNES, 2009, p.101). Tal conceito inclui a totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho, entretanto, possui um núcleo central, formado pelos trabalhadores produtivos, que produzem diretamente mais-valia. Eles são encontrados no proletariado industrial e participam diretamente do processo de valorização do capital. (ANTUNES, 2009).

A referida expressão também agrega os trabalhadores improdutivos, sendo aqueles que as formas de trabalho são utilizadas como serviços, ou seja, eles não participam diretamente da produção de mais-valia. Vendem sua força de trabalho para o uso público ou do capitalista, sendo que no setor de serviços podem estar nos bancos, no comércio, no turismo, nos serviços públicos, entre outros. O seu trabalho é consumido como valor de uso e não como trabalho que cria valor de troca. Também vale citar que são um segmento em expansão no capitalismo contemporâneo, que embora sejam entendidos como agentes não produtivos, são imprescindíveis para o sistema. (ANTUNES, 2009).

Assim, "[...] todo trabalhador produtivo é assalariado e nem todo trabalhador assalariado é produtivo [...]" (ANTUNES, 2009, p.102), portanto, a expressão classe-que-vive-do-trabalho[6] incorpora a totalidade dos trabalhadores assalariados, ou seja, que vendem sua força de trabalho em troca de salário. Deste modo, tal expressão também agrega outros trabalhadores, além do proletariado industrial e dos trabalhadores do setor de serviços, são eles: o proletariado rural, que vendem sua força de trabalho para o capital, o proletariado precarizado, subproletariado moderno, o *part time*, o novo proletariado dos *McDonald's*, os trabalhadores hifenizados, os trabalhadores terceirizados e precarizados das empresas liofilizadas, os trabalhadores assalariados da chamada "economia informal" e os trabalhadores desempregados. (ANTUNES, 2009).

Essas transformações do mundo do trabalho têm levado a um trabalho precarizado, que há algumas décadas eram postos de trabalho preenchidos pelos imigrantes. São "[...] os gastarbeiters na Alemanha, o lavoro nero na Itália, os chicanos nos EUA, os dekasseguis no Japão, entre tantos outros exemplos." (ANTUNES, 2009, p.105).

No que se refere a divisão sexual do trabalho, o trabalho feminino[7] representa mais de 40% da força de trabalho em países capitalistas avançados. No espaço fabril, atividades

[6] Dessa noção ampliada se excluem os gestores do capital e seus altos funcionários, que possuem papel de controle no processo de trabalho e na valorização e reprodução do capital. Do mesmo modo, os pequenos empresários e a pequena burguesia urbana e rural proprietária. (ANTUNES, 2009).

[7] A mulher trabalhadora realiza um trabalho duplo: "[...] dentro e fora de casa, ou, se quisermos, dentro e fora da fábrica." (ANTUNES, 2009, p.108). Portanto, ela também sofre uma dupla exploração: no espaço público, com seu trabalho remunerado; e, no trabalho doméstico, não mercantil, possibilita a reprodução da força de trabalho, dela e da família. (ANTUNES, 2009).

baseadas no capital intensivo são frequentemente masculinas, enquanto as de trabalho intensivo são femininas, e muitas vezes, também destinadas a trabalhadores imigrantes e negros. (ANTUNES, 2009).

Se o setor de serviços é um segmento em expansão no capitalismo contemporâneo, existe no proletariado fabril, típico do binômio taylorismo/fordismo, uma tendência a redução. Isso, em decorrência da reestruturação produtiva, da empresa enxuta, da expansão ocidental do Toyotismo e das formas de horizontalização do capital produtivo. Nesse sentido, também vale citar a flexibilização e desconcentração do espaço físico produtivo, que por vezes também se expressa como desterritorialização, estimulada pela telemática. (ANTUNES, 2009).

Estudos como o de Cavalcanti (2015) ao analisar o mercado de trabalho do imigrante no Brasil, apontam questões como qualificação técnica superior ao trabalho desempenhado; incorporação informal do trabalho feminino sobretudo aqueles relacionados à reprodução social, dentre outros. Ainda, amparado em Sayad (2001) problematiza que, embora o imigrante seja tecnicamente qualificado, socialmente ele é considerado um trabalhador inferior, já que pouco se sabe e reconhece de suas trajetórias no mundo do trabalho anteriormente percorridas. Nesse sentido, ponderamos que ao pensar no imigrante como classe trabalhadora, esse aspecto precisa ser indicado: é um trabalhador, mas em uma escala diferenciada dos demais, que os coloca nas últimas posições, agravando as contradições entre capital e trabalho.

Portanto, diante do caráter transnacionalizado do capital, [...] sua configuração local, regional e nacional se amplia em laços e conexões na cadeia produtiva, que é cada vez mais internacionalizada." (ANTUNES, 2009, p.115). No entanto, a classe trabalhadora ainda não foi capaz de realizar uma resposta internacional, visto que sua estrutura é eminentemente nacional, o que limita a ação dos trabalhadores. O próprio conflito entre trabalhadores nacionais e imigrantes é um exemplo dessa economia transnacional, de reterritorialização e desterritorialização da força de trabalho, que o movimento sindical não tem atingido respostas satisfatórias. (ANTUNES, 2009).

Em tempo, para ilustrar a situação, podemos citar a lista[8] "suja" do trabalho escravo[9], divulgada recentemente. Dos 68 (sessenta e oito) empregadores que submeteram trabalhadores a condição análoga a de escravo, 45 (quarenta e cinco) são proprietários de fazenda. (LEÓN, 2017). Os dados divulgados pelo Ministério do Trabalho mostram que foram

[8] Vale citar que desde 2014 a esses dados não eram atualizados, e só foram agora, depois de uma disputa judicial entre o governo federal e o Ministério Público do Trabalho. Na listagem estão presentes apenas empregadores punidos judicialmente, que não possuem mais a possibilidade de recurso. (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2017).

[9] De acordo com o código penal brasileiro, existem quatro modalidades de execução de trabalho escravo, sendo: trabalho forçado; jornada exaustiva; condições degradantes; e, servidão por dívidas. (MAGALHÃES; MACIEL, 2017).

encontrados 695 (seiscentos e noventa e cinco) trabalhadores nessa situação, nos últimos três anos. (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2017).

Ainda qualificando esse campo, podemos citar os dados apresentados pelo o auditor fiscal do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) em São Paulo, Renato Bignami, durante um seminário com o tema de “Trabalho escravo e migrações”. No período de 2010 a 2016, dentre os trabalhadores resgatados pelas ações de fiscalização e de combate ao trabalho escravo realizadas pelo MTE no estado de São Paulo, 35% eram imigrantes. Mesmo que os dados de nacionalidade e sexo não tenham sido divulgados é possível constatar que um em cada três trabalhadores nessa condição era imigrante. (MAGALHÃES; MACIEL, 2017).

Ao se observar o ramo de atividade econômica que foi alvo dessas ações dos fiscais do MTE, ainda se referindo a São Paulo, verifica-se o seguinte: confecção e vestuário (36% das ações); construção civil (20%); agricultura (13%); comércio varejista de vestuário (8%); e, produção florestal (8%). Esses cinco setores respondem a 85% das ações de combate ao trabalho escravo em São Paulo. (MAGALHÃES; MACIEL, 2017).

Os dados corroboram que o valor provém do trabalho, de modo que o capitalista ao diminuir os custos com a força de trabalho, mesmo em uma situação de trabalho análogo ao escravo, busca ampliar seus ganhos em detrimento das condições de vida dos trabalhadores.

Assim, diante de toda a heterogeneidade da classe trabalhadora, o chamado do manifesto do partido comunista, mais do que imperativo, tem se colocado como um desafio. O mundo do trabalho sofreu transformações que alteraram sua forma de acumulação, mesmo não tendo alterado sua estrutura de classes sociais. O capitalismo continua tendo como base a exploração do trabalho, mas com a financeirização da economia, o rentismo também passou a ser uma marca fundamental dos tempos que vivemos.

Harvey (2013) aponta que durante boa parte do século XX, nos países capitalistas avançados, mesmo sem transformações revolucionárias, os partidos políticos da classe trabalhadora conseguiram melhorias nas condições de vida mediante a institucionalização de proteções sociais. Todavia, como apontado, a classe trabalhadora não tem conseguido dar respostas a atual configuração do capital, sobretudo, porque o programa das esquerdas tradicionais calcado na relação de classe, não foi capaz de agregar movimentos sociais como o feminismo e ambientalismo, por ignorar ou considerar uma luta secundária. (HARVEY, 2013).

Portanto, diante da reestruturação produtiva e desse posicionamento da esquerda tradicional, pensamos que a contribuição de Antunes (2009) é pertinente, tanto para ampliar o escopo de análise como de intervenção. No caso do presente trabalho, significa ver a transnacionalização da produção como a transnacionalização da classe-que-vive-do-trabalho, sendo o imigrante parte da classe trabalhadora. Assim, mais do que entender a imigração como parte do processo de acumulação capitalista, que faz a força de trabalho mudar de

localidade de acordo com suas necessidades, também é necessário compreender a transnacionalização da classe trabalhadora.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho é concebido como uma relação entre homem e natureza, de forma que nesse intercambio, ao transformar a natureza para satisfazer suas necessidades o homem também se transforma. É uma ação eminentemente humana, visto que apenas o gênero humano é capaz de ter em mente o fruto de seu trabalho antes de realizá-lo, portanto, não é uma atividade instintiva. Todavia, no capitalismo, o que reina é a exploração do homem pelo homem, visto que existe uma classe que detém os meios de produção, denominada burguesia, e uma classe que não tem outra opção a não ser vender sua força de trabalho para satisfazer suas condições imediatas de vida, chamada de proletariado.

Historicamente é possível notar a expansão capitalista pelo globo, sendo que a estruturação das industrias demandaram o deslocamento dos trabalhadores que propiciou a criação de mercados, que estimularam ainda mais a circulação de mercadorias e pessoas. Portanto, a imigração possui uma estreita relação com a acumulação capitalista, de modo que essa forma de produzir e reproduzir a vida concentra não apenas o capital, mas também os trabalhadores disponíveis a serem subjugados, de uma forma ou de outra ao capital.

Os imigrantes enquanto trabalhadores são tratados pelo capital como forma de diminuir os custos da força de trabalho, ou seja, baratear este custo. A tendência é que contingentes de trabalhadores migrem para países mais avançados dos que estão na busca por trabalho e melhores salários. Embora, nesses países em que buscam melhora, suas condições imediatas de vida fiquem aquém da maioria da classe trabalhadora local. Situação, que também possui a tendência a fazer com que trabalhadores fiquem uns contra os outros, visto que os trabalhadores locais enxergam os imigrantes como usurpadores de postos de trabalho.

Assim, o caráter transnacional da produção ainda não fez com que a classe trabalhadora desse uma resposta também transnacional. De modo, que permanece a necessidade e o desafio posto aos trabalhadores no manifesto do partido comunista: uni-vos!

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. *O novo (e precário) mundo do trabalho*: Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

ANTUNES, Ricardo. *O Trabalho, Sua Nova Morfologia e a Era Da Precarização Estrutural*. Revista Theomai, n. 19, 2009.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a negação e afirmação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2009.

BAENINGER, Rosana. *Migrações internacionais: elementos para o debate no século X*XI. In: CUTTI, Dirceu. Et al. (Org.). Migração, trabalho e cidadania. São Paulo: EDUC, 2015.

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

CAVALCANTI, L. *Imigrações e Mercado de trabalho no Brasil*: características e tendências. Cadernos OBMIGRA – Revista Imigrações Internacionais. Brasília –DF, v.01, n.02, 2015.

DAL ROSSO, Sadi. *Mais trabalho!* A intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. 24 ed. São Paulo, Loyola, 2013.

LENIN, Vladimir Ilitch. *O Capitalismo e a Imigração dos Operários*. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1913/10/29-1.htm>. Acessado em: 06 abr. 2017.

LEÓN, Lucas Pordeus. *Lista do trabalho escravo volta a ser atualizada após determinação da Justiça*. BRASIL DE FATO. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/03/27/lista-do-trabalho-escravo-volta-a-ser-atualizada-apos-determinacao-da-justica/>. Acessado em: 30 mar. 2017.

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires; MACIEL, Lidiane. *Análise | 35% dos resgatados em ações de combate ao trabalho escravo são imigrantes*. BRASIL DE FATO. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/03/29/analise-or-35-dos-resgatados-em-acoes-de-combate-ao-trabalho-escravo-sao-imigrantes/>. Acessado em: 30 mar. 2017.

MARX, Karl. *O capital*: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. *Ministério publica cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condição análoga à de escravo.* 2017. Disponível em: <http://trabalho.gov.br/component/content/article?id=4428>. Acessado em: 30 mar. 2017.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. *Economia política*: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

SINGER, Paul. *Economia política da urbanização*. 14º Edição. São Paulo: Editora Contexto, 1998.